

MERCADOS INSTITUCIONAIS E AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

INSTITUTIONAL MARKETS AND FISHERY MARKETING STRATEGIES

Diego Neves de Sousa 1
Hellen Christina de Almeida Kato 2
Alexandre Aires de Freitas 3
Cleiton Silva Ferreira Milagres 4

Resumo: Desde o ano de 2003, os mercados institucionais passaram a ser tema prioritário na agenda política nacional. Em 2013, no estado do Tocantins, foi criado o Programa de Apoio à Comercialização do Pescado da Agricultura Familiar com o objetivo de articular competências institucionais para promover a inserção do pescado nas políticas públicas de apoio à comercialização devido aos problemas de inclusão produtiva dos públicos da agricultura familiar. Dessa forma, o objetivo do presente artigo é relatar as estratégias de comercialização do pescado da agricultura familiar em mercados institucionais diante da experiência interinstitucional realizada no Tocantins.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pescadores artesanais. Compras governamentais. PNAE. PAA.

Abstract: Since 2003, institutional markets have become a priority topic on the national political agenda. In 2013, the Support Program for the Commercialization of Fish from Family Farming was created in the state of Tocantins with the objective of articulating institutional competences to promote the insertion of fish in public policies to support marketing due to the problems of productive inclusion of agricultural audiences familiar. Thus, the objective of this article is to report strategies for marketing fish from family farming in institutional markets in the face of the interinstitutional experience held in Tocantins.

Keywords: Family farming. Artisanal fishermen. Government procurement. PNAE. PAA.

Gestor de Cooperativas, mestre em Extensão Rural e doutor em 1
Desenvolvimento Rural. Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/9288240683474258>. E-mail: diego.sousa@embrapa.br

Médica Veterinária, mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos. 2
Pesquisadora da Embrapa Pesca e Aquicultura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8526159128218169>. E-mail: hellen.almeida@embrapa.br

Agrônomo, mestre em Agronomia. Chefe da Embrapa Pesca e 3
Aquicultura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0909089938505339>.
E-mail: alexandre.freitas@embrapa.br

Gestor de Cooperativas, mestre em Extensão Rural e doutorando em 4
Desenvolvimento Regional. Professor da Universidade Federal do Tocantins.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0909089938505339>.
E-mail: cleiton.milagres@hotmail.com

Introdução

A importância socioeconômica da pesca artesanal é reconhecida direta e indiretamente, devido ao impacto positivo na geração de trabalho e de renda para uma grande parcela da população de baixa renda em municípios às margens de rios, lagos e costa litorânea, além de contribuir para a promoção de a segurança alimentar das famílias desses pescadores (SOUSA, 2014; SOUSA, 2016).

Com o propósito de combater as desigualdades econômicas e sociais no Brasil, é de suma importância o papel das políticas públicas na construção social de mercados. Destacam-se as oportunidades criadas por meio de aquisições institucionais voltadas ao agricultor familiar – que inclui os pescadores artesanais conforme a Lei nº 11.326/2006 – como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Os chamados mercados institucionais passaram a ser tema da agenda política e acadêmica brasileira, a partir do ano de 2003¹, com a emergência do PAA. Em 2009, a temática foi fortalecida diante da mudança ocorrida no PNAE, no qual foi definido que 30%, no mínimo, dos produtos da alimentação escolar fossem provenientes da agricultura familiar. Dessa forma, a novidade na construção dos mercados institucionais consistiu na articulação destas políticas com a finalidade de incentivar a comercialização dos agricultores familiares em torno de ações de segurança alimentar e nutricional, numa proposta de conexão do agricultor junto ao consumidor na distribuição de alimentos.

Segundo Grisa e Porto (2015), as mudanças observadas, a partir da institucionalização dos programas que compõem os mercados institucionais, foram que as aquisições dos alimentos fossem fundamentalmente provenientes dos agricultores familiares e de seus empreendimentos coletivos. Com isso, houve maior preocupação ao atendimento da diversidade socioeconômica e cultural da categoria sociopolítica da agricultura familiar que abrange diferentes públicos. Com efeito, houve estímulo à comercialização de um conjunto variado de produtos, compras em circuitos curtos de comercialização, como forma de aproximação entre produtores e consumidores, aquisições por produtos agroecológicos e que atendam as necessidades dos consumidores e das especificidades dos hábitos alimentares regionais.

Na Amazônia brasileira, por exemplo, a identidade de populações ribeirinhas está intrinsecamente relacionada as atividades extrativas, dentre elas a pesca, que é um dos alicerces da economia da região e considerada peculiar no contexto da cultura alimentar da população (LIMA *et al*, 2016). Isto reflete na média de consumo de pescado na região amazônica que é quatro vezes maior do que a média nacional (KATO; FREITAS, 2015).

No contexto das peculiaridades do perfil alimentar cultural e nutricional da população do Norte do Brasil, a comercialização através dos mercados institucionais contribui significativamente para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, bem como no desenvolvimento de ações voltadas para o aumento da inserção de alimentos regionais, advindos da agricultura familiar, como é o caso de ações efetivas para a inserção do pescado nos mercados institucionais que contemplem as escolas públicas e as instituições sem fins lucrativos (SOUSA; KATO, 2017).

O que se percebe das políticas públicas para a agricultura familiar responsáveis por essa inserção, é que mesmo com todo incentivo gerado, os indicadores demonstram que órgãos públicos executores têm dificuldade em executar, mesmo a cota mínima dos mercados institucionais. Os problemas estão atrelados às dificuldades de gestão e organização produtiva dos agricultores familiares, insuficiência de informações sobre os programas e sua forma de acesso e execução, dificuldades de interação e articulação entre os gestores públicos locais com os agricultores, gargalos no acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural, além de que os produtos da agricultura familiar são comercializados sem inspeção sanitária (SOUSA, 2019).

Assim, com a criação das políticas públicas permitiu ao pescador artesanal ter mais uma oportunidade de escolher em qual canal de comercialização deseja vender sua produção ou mesmo seus excedentes. Com isso, garante uma nova fonte de renda, diminui a dependência de intermediários e estimula a busca pelo processamento inspecionado dos produtos que agrega

1 Pode-se afirmar que “os mercados institucionais para produtos agroalimentares (na perspectiva de atuação do Estado nas aquisições) também não são uma exclusividade do período recente da história brasileira, dado que sua existência pode ser observada, por exemplo, desde a crise do café em 1929. Após a criação do PAA, o tema dos mercados institucionais ganhou ímpeto no Brasil, sendo destacado como uma das principais inovações políticas do período recente” (GRISA; PORTO, 2015, p. 158).

valor. O mercado institucional não apenas é uma alternativa para o escoamento da produção da pesca artesanal, como também contribui para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários consumidores (diretos e indiretos), ao receberem proteína animal de alto valor biológico e interessante perfil de gorduras, transformado adequadamente segundo requisitos da legislação sanitária vigente.

Neste contexto, em 2013, foi criado o Programa de Apoio à Comercialização do Pescado da Agricultura Familiar no Tocantins com o objetivo de articular diferentes competências institucionais para promover a inserção do pescado oriundo da pesca artesanal nas políticas públicas de apoio à comercialização no estado do Tocantins, com a participação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Ruraltins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins), SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Tocantins), MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), Mesa Brasil – SESC (Serviço Social do Comércio), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), UFT (Universidade Federal do Tocantins), ULBRA/CEULP (Centro Universitário Luterano de Palmas), dentre outras instituições que foram incorporando no decorrer das ações do Programa.

Com o apoio de diferentes instituições (cada qual com seu papel de atuação específico) foi possível articular entre elas alternativas para solucionar os gargalos supracitados da cadeia produtiva do pescado. De forma geral, a proposta deste grupo gestor foi articular as diferentes competências, baseando-se em quatro pilares: organização produtiva, inovação tecnológica, segurança alimentar e promoção de políticas públicas.

Em tese, contribuiu para potencializar as oportunidades do referido Programa, principalmente pelo pescado fazer parte da cultura alimentar da grande maioria da população do estado do Tocantins. Além disso, foi ao encontro da criação, em 2013, da Instrução Normativa do governo estadual referente à inserção do pescado no cardápio de escolas públicas, no qual sugeriu que o peixe fosse servido nas escolas pelo menos duas vezes por semana, seja na forma de Carne Mecanicamente Separada (CMS) ou filé sem espinhas.

Diante da importância das políticas públicas de inclusão produtiva (PNAE/PAA), na promoção de hábitos alimentares saudáveis e da peculiaridade do perfil nutricional apresentado pela região Norte, o desenvolvimento de diversas ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores frente a implementação de ações direcionadas à inserção dos alimentos regionais, advindos da agricultura familiar, faz-se necessário. Este é o caso da inserção do pescado nos mercados institucionais que contemplem escolas públicas e instituições sem fins lucrativos.

Assim, a proposta deste artigo é relatar as estratégias de comercialização do pescado da agricultura familiar, em mercados institucionais, diante da experiência interinstitucional realizada no estado do Tocantins. Além desta introdução, este artigo está estruturado em mais três partes. A segunda está pautada por uma revisão de literatura sobre os desafios dos agricultores familiares para o acesso às políticas públicas. Na terceira parte é descrito a aplicação da experiência do Programa de Apoio à Comercialização do Pescado da Agricultura Familiar no Tocantins a partir de três realidades. E, por último, são apresentadas as principais considerações deste estudo.

Os desafios dos “agricultores familiares” para o acesso às políticas públicas

Ao diagnosticar os fatores que impediam a entrada de pescado nos mercados institucionais no âmbito do estado do Tocantins, as entidades parceiras envolvidas neste arranjo constataram a dificuldade enfrentada mais comumente pelos pescadores na comercialização do pescado no mercado formal e, especialmente, na sua baixa participação nas políticas públicas de apoio à comercialização, como é o caso dos mercados institucionais. Nesse sentido, as estratégias de intervenção do Programa focaram em solucionar três problemas cruciais:

- a) baixa participação do pescado nas políticas públicas de apoio a comercialização de produtos da agricultura familiar;
- b) produtos da pesca artesanal comercializados sem inspeção sanitária e
- c) baixo nível de organização social e produtiva dos pescadores.

Triches e Schneider (2010) explicam que o apoio governamental aos agricultores familiares é essencial, não só por sua capacidade de geração de ocupação e de renda, como também pela

maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte, confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal que, por sua vez, promove conexão entre o campo e a cidade.

Por isso, uma série de iniciativas foram fomentadas, como as compras institucionais, para promover este apoio governamental na criação de canais de comercialização alternativos e viáveis para produtores diversos. Um exemplo voltado ao estímulo da comercialização pela agricultura familiar é o PNAE, que determina aos estados e municípios a compra de, no mínimo, 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de produtos da agricultura familiar para uso na alimentação escolar.

Sempre que possível, a aquisição de gêneros alimentícios deve ser realizada no mesmo município das escolas da rede pública de ensino. A demanda deve ser atendida por agricultores da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.

No entanto, indicadores apontam que os agricultores familiares ainda sequer conseguem atingir o limite mínimo definido pela Lei. Os maiores desafios estão na dificuldade de acesso dos agricultores aos processos de gestão, na insuficiência de informações sobre o Programa e sua forma de acesso e execução, nas dificuldades de interação e de articulação entre os gestores públicos locais com os agricultores, na insuficiência dos serviços de extensão rural e, especialmente, na baixa escala de produção (SOUSA, 2019).

Com o apoio de indicadores quantitativos, Saraiva *et al.* (2013) ressaltam que no Brasil, 47,4% dos municípios adquiriram alimentos da agricultura familiar em 2010 através do PNAE. A região Sul do país contribuiu com o maior percentual de compra (71,3%) e a região Centro-oeste apresentou o menor percentual (35,3%).

Está presente no mesmo estudo, quanto às justificativas para não aquisição dos alimentos provenientes da agricultura familiar, a maior causa para o não atendimento da referida normativa a “inviabilidade de fornecimento regular e constante” com 21,10%, o que exige melhor articulação entre o comprador (demanda de alimentos para as escolas dos municípios) e o vendedor (oferta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares). Em seguida, na categoria “outros” houve 32,9% dos relatos que mencionaram a falta de interesse dos agricultores e a demora da Prefeitura em elaborar as Chamadas Públicas (SARAIVA *et al.*, 2013).

As regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores percentuais de inviabilidade de fornecimento regular e constante de alimentos via agricultura familiar (SARAIVA *et al.*, 2013).

Entre as experiências de inclusão de proteína animal na alimentação escolar, destaca-se a inserção do pescado que tinha como forte apoiador o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), extinto no final do ano de 2015. Este ministério entendia que as políticas voltadas ao fortalecimento do mercado institucional, como é o caso da compra de pescado pelas escolas, funcionavam como facilitadores do acesso aos alimentos rico em nutrientes e adequados aos alunos da rede pública de ensino. Isto também promoveria a dinamização da economia local.

Assim, a demanda por pescado cria um estímulo ao desenvolvimento do setor, este que na maior parte é regido por uma economia familiar de comercialização precária, que necessita de suporte do governo e de políticas públicas específicas para melhorarem suas condições de venda e de agregação de valor no momento em que conseguirem processar o pescado (BRASIL, 2012).

Em relação ao mapeamento da inclusão do pescado na alimentação escolar, elaborado pelo MPA (BRASIL, 2012), mostrou que em apenas 34% das escolas pesquisadas houve inclusão do pescado na alimentação escolar, seja no fornecimento semanal ou até numa situação eventual/espórádica. O estudo verificou, ainda, que nas escolas que tiveram inclusão de pescado na alimentação escolar em 2011, o mecanismo de compra mais utilizado para essa aquisição foi por meio da licitação ou dispensa de licitação baseadas na Lei nº 8.666/93, o que atingiu 75% das aquisições realizadas. As Chamadas Públicas ficaram com 18% e o PAA com 5%, modalidades utilizadas para aquisição de pescado proveniente de pescadores artesanais.

Ao analisar os resultados do PAA, constatou-se que do total de recursos utilizados, apenas 2% foi para compra de pescado. Para os que responderam pela não inclusão do pescado na alimentação escolar, observou-se que os principais motivos alegados foram relacionados a dificuldade de acesso a fornecedores (54%), a falta de fornecedores/ ausência de produtos no mercado (47%), ao risco de espinhas (47%), ao custo elevado (42%) e a infraestrutura inadequada para armazenamento e/ou

conservação do pescado (35%) (BRASIL, 2012).

É importante destacar sobremaneira que tanto o PAA quanto o PNAE são programas governamentais concebidos com a proposta de inclusão da produção local, o que possibilita o resgate da cultura alimentar regional. Indo a este encontro, conforme verifica o Artigo 2º da Resolução nº 38, um dos princípios do PNAE está atrelado ao respeito dos hábitos alimentares locais, considerados como práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local com foco na saudabilidade (BRASIL, 2009).

Sousa (2019), Fornari *et al.* (2017) e Silva *et al.* (2017) reconhecem também que o consumo de pescado faz parte da cultura alimentar em diversos estados e possui características desejáveis de saudabilidade quando comparada a outras fontes de proteína animal, se fazem necessárias iniciativas que visem promover a inserção deste produto nos cardápios e que estimulem, por consequência, a participação do pescador nesse mercado ainda pouco explorado por meio da agregação de valor de seus produtos.

Atenta-se ao fato de que o consumo do pescado no Brasil está aquém do desejado, quando comparado com os indicadores recomendados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A quantidade mínima indicada é de 12 kg/hab/ano para o indivíduo obter uma vida mais saudável, embora os dados apontem que o país tem uma média de consumo per capita em torno de 9,6 quilos kg/hab/ano de pescado. Para alcançar o indicador proposto pela FAO, tem-se a previsão de que até o ano de 2025 a população nacional consuma em média 12,6 quilos de pescado (FAO, 2016). Por sua vez, verifica-se que o pescado tem uma possibilidade variada de cardápios em comparação aos demais tipos de carnes, em vista a garantia da ingestão de proteína animal de alta qualidade.

É indiscutível, ainda, que a inserção dos produtos de atividades da pesca artesanal na alimentação escolar é um fator dinamizador das economias locais. Isto favorece a inserção da agricultura familiar no mercado, aumenta sua escala de produção, gera renda e fortalece a cultura alimentar, além do pescado ser fonte proteica de alto valor nutricional. Além disso, a inserção do pescado na alimentação escolar, ainda nas séries iniciais, favorece uma maior aceitação deste alimento entre as crianças, que constituirão o mercado consumidor desta cadeia nas próximas décadas (NELSON *et al.*, 2007).

No caso do estado do Tocantins, há o apoio por meio de ações governamentais voltadas à alimentação escolar, com a criação da Instrução Normativa nº 06/2013, referente a inserção do pescado no cardápio do Programa da Alimentação da Rede Estadual de Ensino do Tocantins. Este Programa pretende atender a periodicidade de duas vezes na semana e utilizar-se da tecnologia de Carne Mecanicamente Separada ou o filé de peixe sem espinha que deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A Carne Mecanicamente Separada é uma alternativa prática e segura para inserção nos cardápios voltados ao público atendido, que envolve desde crianças até adultos com idade avançada. Isso porque, o preparo do pescado quando entregue o peixe inteiro, os manipuladores têm dificuldades no seu preparo, devido a presença de espinhas que representam risco aos consumidores. Assim, há um espaço promissor a ser ocupado e a oferta desse alimento por meio da CMS vai ao encontro dessa demanda.

No entanto, devido à natureza da atividade da pesca artesanal, a dificuldade maior para os pescadores acessarem essas políticas é o processamento do pescado, uma vez que para inserção em mercados institucionais é necessária a inspeção sanitária dos produtos durante o processamento para a devida comercialização.

Um outro obstáculo é que no estado do Tocantins não há unidade processadora coletiva da agricultura familiar com acesso à fiscalização sanitária e que atenda às demandas das escolas públicas (SOUSA, 2019). Por isso, é de fundamental importância fomentar grupos de agricultores familiares para que possam produzir em escala e administrar, de maneira eficiente, estruturas de processamento mínimo para ter acesso aos mercados institucionais através de associações e/ou cooperativas já que este é um mercado promissor para complementação de renda.

Por isso, a necessidade e importância de fomentar diferentes grupos de agricultores familiares e suas organizações coletivas para que possam produzir em escala e administrar de

maneira eficiente estruturas de processamento mínimo, ao ter acesso aos mercados institucionais, através de suas próprias associações e/ou cooperativas.

A experiência do Programa no estado do Tocantins

A área de abrangência do Programa de Apoio à Comercialização do Pescado da Agricultura Familiar foram todas as regiões do estado do Tocantins. Por sua vez, o público alvo foram os públicos agricultores familiares, especificamente os pescadores artesanais que atuam diretamente na cadeia produtiva do pescado.

Assim, desenvolveram-se estratégias de planejamento, gestão e capacitação junto às colônias de pescadores artesanais, nos municípios de Araguacema, Xambioá e Brejinho de Nazaré no Tocantins, a fim de se elaborar estratégias locais para eliminar ou reduzir as dificuldades de acesso aos mercados institucionais, baseando-se em quatro pilares, conforme ilustra a Figura 1. Essas colônias foram as primeiras do estado a demandarem apoio do Programa para minimizar os gargalos identificados por elas.

Figura 1. Matriz de ações do Programa de Apoio à Comercialização do Pescado da Agricultura Familiar no Tocantins



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Em 2013, na tentativa de criar meios para a inserção desses agricultores e de seus produtos nos mercados institucionais, além da perspectiva criada pela legislação do estado em inserir o peixe da agricultura familiar no PNAE, foi criado um grupo interinstitucional com a proposta de articular as diferentes competências dos parceiros a fim de minimizar os problemas identificados nas colônias selecionadas. Em outras palavras, o foco da intervenção foi promover a inserção do pescado, oriundo da agricultura familiar, nas políticas públicas de apoio à comercialização no Estado do Tocantins, frente aos desafios supracitados. A partir da problematização da situação no Tocantins e através da construção da matriz de soluções, o grupo decidiu como estratégia desenvolver três projetos pilotos, como ilustra a Figura 2.

Figura 2. Matriz dos projetos pilotos



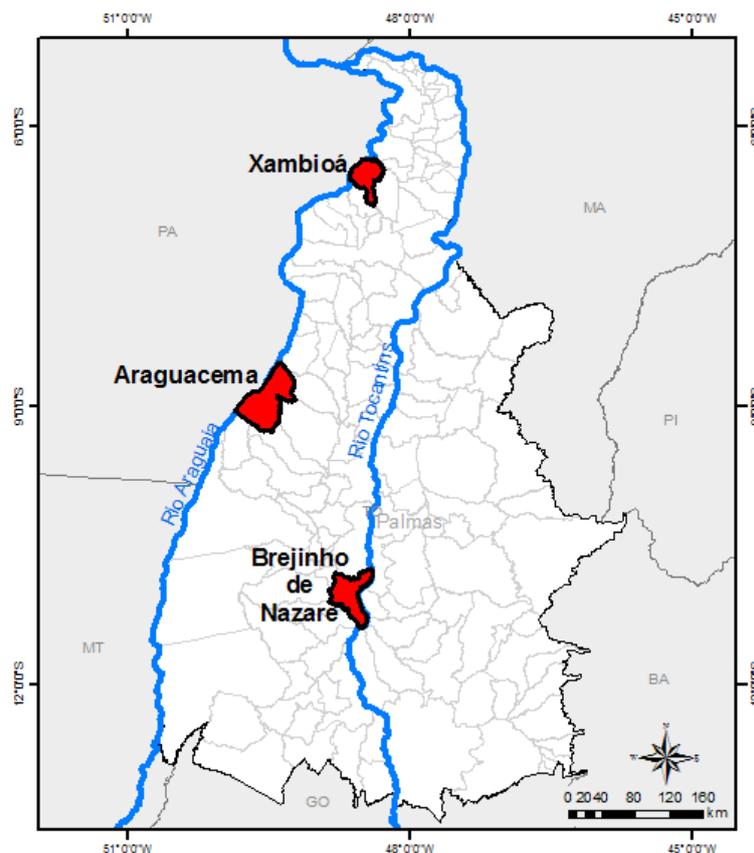
Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Na próxima seção será melhor delineada as estratégias utilizadas no contexto supracitado.

Estratégias de comercialização do pescado

No ano de 2014, foram realizadas reuniões de mobilização de colônias de pescadores e associações de piscicultores familiares, organizadas pela Embrapa, Ruraltins e Sebrae em todas as regiões do estado do Tocantins para levantar as dificuldades no acesso aos mercados institucionais e o interesse em participar do Programa para promover estes canais de comercialização.

Os municípios que apresentaram grupos interessados e condições pelo menos incipientes para dar início ao processo de venda para os mercados institucionais foram Xambioá, Brejinho de Nazaré e Araguacema, como pode ser visualizado na Figura 3. Em ambos os municípios, as organizações coletivas que tiveram interesse de participar do Programa foram colônias de pescadores. Não houve demanda das associações de piscicultores, que também segue outra lógica de produção.

Figura 3. Municípios que foram desenvolvidas ações piloto no estado do Tocantins

Fonte: Elaborado por Marta Eichemberger Ummus/Embrapa (2018).

Ações em Xambioá

Em 2014, iniciaram-se as ações para apoio da Cooperativa dos Pescadores e Artesão de Xambioá (MATRINXAM), composta por 80 pescadores e suas famílias, independente de sua participação ou não na colônia de pescadores Z-33² sediada no município. A primeira proposta foi apoiar as atividades do frigorífico que está em construção da MATRINXAM, numa iniciativa de responsabilidade social em parceria com o grupo Votorantim S.A.³, a fim de gerirem esse empreendimento comunitário. Assim, foram realizadas por meio de assessoria a organização social e produtiva dos pescadores artesanais, capacitações para o processo de produção, beneficiamento e agregação de valor com o intuito de promover a comercialização de seus produtos nos mercados institucionais, além de ações com foco na gestão profissionalizada da cooperativa (Elaboração do regimento interno, *briefing* da Cooperativa MATRINXAM, elaboração de identidade visual e criação de padrão de embalagem).

As ações em Xambioá estão dependendo, no momento, da finalização da obra do entreposto e a liberação de sua licença da vigilância sanitária para funcionamento, frente às quais serão adotadas para estímulo da comercialização as mesmas estratégias utilizadas nas ações intervencionistas realizadas no município de Brejinho de Nazaré, detalhadas na seção seguinte.

Ações em Brejinho de Nazaré

2 Mais detalhes sobre o perfil socioeconômico e tecnológico dos pescadores artesanais da colônia Z-33 ver o estudo de Sousa, Kato e Milagres (2017).

3 A Votorantim cimentos tem uma unidade no município de Xambioá. Através de investimentos sociais nos municípios em que a empresa atua, a mesma investe em algumas cadeias produtivas. Em Xambioá, uma das escolhidas foi a do peixe. As ações foram realizadas por meio do Programa ReDes ao auxiliar o grupo de Pescadores, membros da colônia local, para a inserção de seus produtos no mercado.

No município de Brejinho de Nazaré, o projeto atuou em parceria com a Colônia de Pescadores Itaobi Z-20, que nas reuniões de mobilização com as colônias de diferentes regiões do estado, manifestou interesse em acessar os mercados institucionais mesmo sem uma estrutura física para realização do beneficiamento em vista num primeiro momento.

Para superar este gargalo, procurou-se um entreposto da iniciativa privada que tivesse localização próxima ao município. Após vários contatos e negociação, o Frigorífico Bonutt Fish, situado no município de Aliança do Tocantins, a 56 km do ponto de desembarque dos pescadores da colônia Z-20 interessou-se na parceria para viabilizar a comercialização.

Para que a parceria se concretizasse foram necessários estudos para estabelecer os gastos reais do entreposto nessa transformação, de forma que a remuneração fosse justa para a empresa e para a colônia. Para isso, foram realizados testes para o cálculo de rendimento da Carne Mecanicamente Separada, pelo qual foram estabelecidos os parâmetros mínimos utilizados para a compra institucional da CMS. Além dos testes preliminares, o frigorífico se disponibilizou a ser parceiro do projeto, e concordou em realizar a prestação do serviço de abate e processamento da CMS, uma vez que o frigorífico tem o Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Desse modo, o Frigorífico Bonutt Fish foi responsável em agregar valor ao pescado, que no caso de Brejinho de Nazaré incluiu o processamento e transformação de peixes redondos, piau, traíra, cachorra, curimatã e jaraqui, por meio da CMS. Após esse processo, a distribuição dos produtos foi realizada para as instituições sem fins lucrativos, cadastradas nas prefeituras, e para as escolas públicas. A distribuição ficou sob a responsabilidade do Programa Mesa Brasil do Sesc.

Para efetivar esta proposta, a colônia de pescadores precisaria ter a Declaração de Aptidão ao produtor (DAP) jurídica, uma vez que este instrumento habilita os agricultores familiares a comercializarem seus produtos para o mercado institucional de forma individual ou coletiva (associação ou cooperativa). No Tocantins existem 29.513 agricultores familiares que tem a DAP física, enquanto que 53 organizações coletivas têm a DAP jurídica e estão aptas para a comercialização no mercado institucional, destaque para Palmas e Araguaçu que tem quatro instituições cadastradas em cada município (SEAD, 2017). A figura 4 está ilustrando o organograma do funcionamento da parceria entre as colônias de pescadores e o entreposto privado.

Figura 4. Proposta de funcionamento da parceria



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Inicialmente, a ação piloto 2 foi uma proposta de comercialização via PAA, como forma de avaliar e validar o sistema proposto e, ainda, permitir que o entreposto tomasse todas as medidas necessárias para o cumprimento das exigências do SIF para produção de CMS de peixe. Essa proposta foi elaborada e executada pela primeira vez através da Colônia de Pescadores de Brejinho de Nazaré

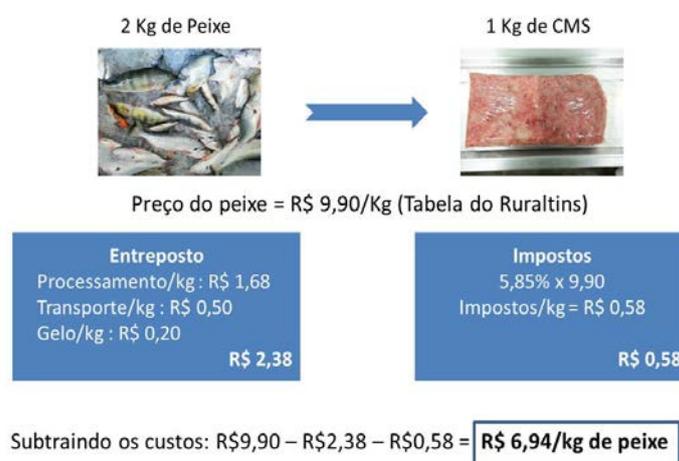
envolvendo 36 pescadores associados, devido a este município ter obtido a documentação e as condições necessárias a operacionalização da venda antes das demais colônias.

Além disso, a colônia conseguiu com que todos os pescadores envolvidos fossem regularizasse a DAP física e a colônia a DAP jurídica; fornecimento dos peixes em um dia pré-estabelecido em condições higiênico-sanitárias ótimas conforme exigências do entreposto; parceria firmada para beneficiamento em entreposto inspecionado e uso de gelo em condições adequadas de higiene.

Para garantir o atendimento destes requisitos foram realizadas pela Embrapa atividades em três etapas de treinamento sobre boas práticas de armazenamento durante a pesca, reuniões sobre organização produtiva e treinamentos para acesso aos mercados governamentais.

Na figura 5 estão os primeiros valores acordado e a dinâmica de comercialização dos pescadores com o entreposto privado, sendo que, conforme regulamento próprio do PAA, cada pescador pode acessar este canal para obter renda de até R\$ 8.000/ano.

Figura 5. Proposta de comercialização com o Entreposto parceiro



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Assim, nos anos de 2015 e 2016, as instituições basearam boa parte de suas ações mais decisivas nas seguintes atividades: no estudo de rendimento da CMS de pescado para inserção deste produto no portfólio dos entrepostos parceiros; divulgação das políticas públicas de inclusão produtiva junto aos agricultores familiares; fortalecimento da gestão dos empreendimentos associativos e agregação de valor dos subprodutos de pescado; além dos testes de aceitação dos pratos elaborados com CMS em cardápios escolares da rede de ensino fundamental de Palmas.

Em 2016, o projeto movimentou para 15 pescadores do município de Brejinho de Nazaré a quantia de R\$ 119.988,00, levando a contribuição do pescado nas compras institucionais do estado de 0,72% para 1,85% segundo dados da Conab. Além disso, no ano de 2017, a experiência⁴ foi eleita como caso de sucesso pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas no Mercosul.

No entanto, ao final de 2016, a Conab suspendeu momentaneamente a compra direta de itens que contemplassem a participação de beneficiamento de terceiros para o estudo de um regulamento que normatizasse esta participação o que inviabilizou a continuidade do projeto, via PAA, para o ano de 2017. Mesmo assim, a inovação trazida pelo Programa continuou a ser adotada pela comunidade que segue comercializando seus produtos através dos mercados institucionais, utilizando a expertise adquirida para comercializar com o estado e a prefeitura local. Esses passos garantem a continuidade deste canal de comercialização, mesmo com o fim da atuação direta do Programa no município.

Ações em Araguacema

Mesmo sendo o município que inicialmente apresentou as melhores condições para o início das ações, pois o interessante da colônia de pescadores de Araguacema é a existência de uma

⁴ Sobre esta experiência ver o relato de Sousa e Kato (2017).

estrutura de beneficiamento concluída no município (Entrepasto Comunitário) hoje ociosa, pois a limitação ocorreu devido a inexistência de serviço de inspeção municipal para garantir a segurança alimentar do pescado comercializado.

Para iniciar o funcionamento das atividades no entreposto, é necessária a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em Araguacema, o que possibilitaria o acesso do pescado aos mercados institucionais do próprio município, no entanto, a criação deste serviço ainda tramita na Câmara Municipal aguardando aprovação e implantação efetiva.

Da mesma forma que a ação piloto em Xambioá, assim que viabilizado o funcionamento da unidade de beneficiamento, se incorporará a mesma lógica de prestação de serviço das ações em Brejinho de Nazaré.

Considerações Finais

As ações e estratégias desenvolvidas ao longo das atividades do Programa tiveram como objetivo apresentar às colônias de pescadores (e também as associações de piscicultores familiares) alternativas de comercialização que visem ampliar a participação do pescado nas políticas públicas de apoio à comercialização, como o PNAE e o PAA, ao agregar valor ao pescado proveniente da agricultura familiar. Com isso, promove-se o acesso deste público aos mercados formais e alternativos, através do relacionamento entre as organizações coletivas e os entrepostos inspecionados.

As ações executadas da experiência relatada permitiram que os pescadores entregassem ao frigorífico as espécies que tiveram dificuldades de inserir no mercado varejista local (piauí, cachorra, caranha, curimatá, jaraqui, traíra) de modo que esta proposta estratégica é um complemento na renda final familiar. Assim, seriam preservados os seus canais de comercialização tradicionais e o abastecimento da população local.

No primeiro ano do projeto, a colônia Itaobi Z-20 de 36 pescadores, dos quais 15 participaram ativamente da iniciativa, entregaram através da aquisição com doação direta, operados pela Conab, 12 toneladas de peixes de baixo valor comercial ao entreposto. Com isso, foi possível inserir nos mercados institucionais a quantia de 6.060 quilos de CMS que beneficiaram 62 entidades entre escolas, hospitais, APAE's, lares de idosos, hospitais e abrigos situados nos municípios de Aliança do Tocantins, Alvorada do Tocantins, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Formoso do Araguaia, Gurupi, Palmas e Porto Nacional. Com efeito, a experiência demonstra que houve aumento na renda dos pescadores participantes do Programa e, conseqüentemente, promoveu segurança alimentar para as populações em situação de vulnerabilidade.

A cooperação técnica formalizada entre as instituições permitiu a indústria privada de processamento transformar o pescado em CMS. Dessa forma, cobrou do pescador uma taxa pelo serviço, para que o produto pudesse ter acesso ao mercado institucional, devido a exigência do serviço de inspeção sanitária. O valor do serviço prestado pelo frigorífico foi acordado em rodadas de negócios entre o entreposto e as colônias de pescadores, com base nos gastos de funcionamento da indústria, transporte e conservação adequada do pescado, desde a despesca até a expedição do produto final.

Portanto, esta experiência de comercialização foi o projeto piloto desenvolvido no estado do Tocantins, e agora é sistematizada para ser conhecida em diferentes regiões do Brasil, a fim de beneficiar outros perfis de colônias de pescadores e quicá pequenas associações ou cooperativas de piscicultores.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**. 2009.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Mapeamento da Inclusão do Pescado na Alimentação Escolar**. Brasília: MPA, 2012.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nation. **The state of world fisheries and**

aquaculture. Roma: FAO, 2016. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i5555e.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FORNARI, C. A. C; COSTA, R. P. B; PIRES, C. R. F; KATO, H. C. A; SOUSA, D. N. Estudo sobre os hábitos de consumo de pescado da população de Palmas (TO). **DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 4, p. 136-142, 2017.

GRISA, C; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

KATO, H. C. A; FREITAS, A. A. Panorama of the aquaculture expansion and the fish consumption in Brazil. **Journal of Fisheries Sciences.com**, v.9, n.3, p. 80-83, 2015.

LIMA, K. F; ALMEIDA, I. C; TEIXEIRA, J. A; MELO, R. A. A comercialização do pescado no município de Santarém, Pará. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 9, n. 2, p. 01-09, 2016.

NELSON, M; LOWES, K; HWANG, V. The contribution of school meals to food consumption and nutrient intakes of young people aged 4–18 years in England. **Public Health Nutrition**, v. 10, n.7, p. 652-662. 2007.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p.909-916, 2013.

SARAIVA, E. B; SILVA, A. P.F; SOUSA, A. A; CERQUEIRA, G. F; CHAGAS, C. M. S; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p.927-936, 2013.

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Dados de DAPS física e jurídica do Estado do Tocantins**, ano de referência 2016. Brasília: SEAD, 2017.

SILVA, R. R. M; PIRES, C. R. F; KATO, H. C. A; SOUSA, D. N; SANTOS, V. F. Pescado na alimentação escolar: caracterização nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 24, p. 169-179, 2017.

SOUSA, D. N. Os estudos de extensão pesqueira nos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, p. 32-51, 2014.

SOUSA, D. N. Panorama dos estudos de extensão pesqueira no Brasil. In: MILAGRES, C. S. F; SOUSA, D. N. (Orgs.). **Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos**. 1ª ed. Palmas: EDUFT, 2016, v. 1, p. 137-150.

SOUSA, D. N. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins**: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOUSA, D. N; KATO, H. C. A; MILAGRES, C. S. F. Perfil socioeconômico e tecnológico dos pescadores de Xambioá, estado de Tocantins. **Actapesca**, v. 5, p. 113-121, 2017.

SOUSA, D. N; KATO, H. C. A. Novos produtos e cortes diferenciados: o potencial dos peixes nativos nos mercados da gastronomia. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, p. 86-101, 2017.

SOUSA, D. N; KATO, H. C. A. **Brasil: Promoção dos mercados institucionais da pesca artesanal no município de Brejinho de Nazaré, Tocantins**. Montevideo: FIDA, 2017. Disponível em

<<https://bit.ly/2ObCb8s>>. Acesso em 08 de abril de 2018.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. Saúde e Sociedade, v. 19 (Supl. 4), p.933-945, 2010

Recebido em 10 de setembro de 2019.

Aceito em 20 de janeiro de 2020.